



SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO SEAB

CONVÊNIO N° 021/2017 – Protocolo 14.586.430-5
PARTÍCIPES: SEAB E O MUNICÍPIO ALTO PARANÁ

CONVÊNIO N° 021/2017 que
celebram o Estado do Paraná, por
sua Secretaria de Estado da
Agricultura e do Abastecimento –
SEAB, e o Município de ALTO
PARANÁ.

O Estado do Paraná, por sua **SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.416.957/0001-85, com sede nesta capital, na Rua dos Funcionários, 1.559, a seguir denominada **SEAB**, neste ato representada pelo Secretário da Agricultura e do Abastecimento, **NORBERTO ANACLETO ORTIGARA**, brasileiro, casado, economista, portador do RG nº 1.185.513-0 SSP/PR e CPF/MF nº 231.562.879-20, residente e domiciliado na Rua Quintino Bocaiúva, 73, Curitiba-PR, e o Município de **ALTO PARANÁ**, inscrito no CNPJ nº 76.279.967/0001-16, com sede na Rua José de Anchieta, nº 1.641, CEP 87.750-000, neste ato representado pelo Chefe do Poder Executivo, **ALTAMIRO PEREIRA SANTANA**, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.882.545-3, SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 522.579.409-20, em consonância com o contido no protocolado sob nº **14.586.430-5**, com autorização governamental em **03/08/2017**, nos termos do artigo 87, inciso XVIII da Constituição Estadual c/c o artigo 1º, inciso VI e VII do Decreto Estadual nº 4189/2016 e demais disposições aplicáveis à matéria, resolvem celebrar o presente **CONVÊNIO**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O convênio tem por objeto a aquisição de um veículo, tipo passeio, para incrementar a realização de atividades técnicas da Secretaria de Agricultura e do Meio Ambiente junto aos agricultores familiares sediados nas Comunidades Rurais de Del Bel, Corquinho, Maristela, Peroba, Cedro, Quatro Marcos, Mandassaia, Rainha da Paz, Jacareí, Cigarra e Santa Maria, do município de Alto Paraná.

Parágrafo único. Para atingir o objeto deste Convênio, os partícipes obrigam-se a cumprir fielmente o Plano de Trabalho elaborado pelo **MUNICÍPIO** e aprovado pela **SEAB**, o qual passa a integrar o ajuste, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS RESPONSABILIDADES

Para a consecução do consignado na Cláusula Primeira compete:

I – À SEAB:

- a) Repassar à conta do **MUNICÍPIO** os recursos financeiros, em estrita observância com o Cronograma de Desembolso, constante no Plano de Trabalho deste Convênio;
- b) Analisar e aprovar os Relatórios de Atividades e a prestação de contas dos recursos financeiros transferidos ao **MUNICÍPIO**;
- c) Gerenciar, acompanhar, supervisionar e fiscalizar a realização do objeto, consoante estabelecido no Plano de Trabalho, mediante inspeções e expedição de Relatórios, dando-se ciência ao **MUNICÍPIO** da respectiva autuação;



**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
SEAB**

**CONVÊNIO N° 021/2017 – Protocolo 14.586.430-5
PARTÍCIPES: SEAB E O MUNICÍPIO ALTO PARANÁ**

- d) Emitir o Termo de Cumprimento dos Objetivos, em havendo a satisfação do objeto conveniado;
- e) Publicar, no Diário Oficial do Estado, o extrato do presente instrumento até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura e dos eventuais aditivos, se houver;
- f) Encaminhar a prestação de contas e respectivo processo na forma e prazo fixados em Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR para apreciação;
- g) Informar o TCE/PR sobre qualquer ilegalidade ou irregularidades na execução do convênio;
- h) Instaurar, em prazo não excedente a 30 (trinta) dias, Tomada de Contas Especial, nas hipóteses previstas nos arts. 233 e 234, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
- i) Manter atualizadas no Sistema Integrado de Transferências (SIT) do TCE/PR, a partir da publicação do extrato deste instrumento, o Cadastro, o Plano de Trabalho e o registro do Servidor encarregado pela fiscalização do ajuste;
- j) Notificar o **MUNICÍPIO** para que proceda à apresentação da prestação de contas dos recursos aplicados quando não houver sido apresentada no prazo legal ou quando constatada a má aplicação dos recursos públicos objeto da transferência voluntária, instaurando, em caso de omissão, a devida Tomada de Contas Especial;
- k) Comunicar expressamente ao **MUNICÍPIO** sobre quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos relativos a este Convênio ou outras pendências de ordem técnica, concedendo ao **MUNICÍPIO** prazo para o saneamento ou apresentação de justificativas, que não poderá ser superior a 20 (vinte) dias, prorrogável por igual período;
- l) Na hipótese de não obtida a satisfação das pendências de que trata a alínea precedente, apurar eventuais danos e comunicar o fato ao **MUNICÍPIO**, para que promova o resarcimento do valor apurado, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial.
- m) Analisar e, se for o caso, aprovar, excepcionalmente, a proposta de reformulação do Plano de Trabalho, acompanhada de justificativa, desde que não implique em alteração do objeto e encaminhada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data fixada para o término da vigência do ajuste.
- n) Outras, de ordem específicas, constantes no Plano de Trabalho.

II – Ao MUNICÍPIO:

- a) Executar as ações fixadas no Plano de Trabalho, objeto deste Convênio, de acordo com o que rege a Lei Estadual nº 15.608/2007 e na Lei nº 8.666/93, observando rigorosamente as metas, etapas, cronogramas e estratégias de ação constantes do Plano de Trabalho;
- b) Manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos referentes à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;
- c) Utilizar os recursos alocados pela **SEAB** para a plena execução do objeto descrito na Cláusula Primeira, em conformidade com os prazos consignados neste ajuste,



**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
SEAB**

**CONVÊNIO N° 021/2017 – Protocolo 14.586.430-5
PARTÍCIPES: SEAB E O MUNICÍPIO ALTO PARANÁ**

necessários para a realização do objeto descrito na Cláusula Primeira, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;

- d) Atender as recomendações, exigências e determinações da **SEAB** e dos agentes do sistema de controle interno e externo;
- e) Indicar expressamente o servidor responsável pela gestão das ações de sua competência;
- f) Disponibilizar um técnico habilitado para acompanhar todos os procedimentos vinculados à execução do Objeto;
- g) Disponibilizar as máquinas e equipamentos, com os operadores, necessários à execução das ações;
- h) Informar à **SEAB** os fatos ou circunstâncias que dificultem ou interrompam a realização do objeto;
- i) Prestar contas à **SEAB** acerca da adequada utilização dos recursos repassados, como também ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em conformidade às determinações da Resolução nº 28/2011 ou o texto legal que a substituir com observância do prazo e na forma estabelecida;
- j) Manter os recursos recebidos da **SEAB** em conta específica em Instituição Financeira Oficial, sendo que os saldos, enquanto não utilizados, deverão ser aplicados em caderetas de poupança se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreado em títulos de dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês;
- k) Restituir o eventual saldo de recursos ao Concedente, na conclusão, extinção, denúncia ou rescisão do presente convênio;
- l) Responsabilizar-se pelo pessoal empregado na execução dos trabalhos, compreendidos nas atividades consistentes na implementação do objeto deste Convênio, eximindo a **SEAB** de qualquer vínculo empregatício;
- m) Não autorizar o pagamento antecipado ou adiantamento pelo fornecimento de bens ainda não entregues, com recursos deste Convênio;
- n) Não repassar, ceder ou transferir a terceiros a execução do objeto do presente convênio;
- o) Instituir uma Unidade Gestora de Transferências (UGT) para controlar a aplicação dos recursos deste convênio, controlar a movimentação financeira dos recursos transferidos e aferir as despesas pertinentes à execução do ato de transferência;
- p) Manter cadastro atualizado junto ao SIT do TCE/PR do(s) gestor(es) e servidor(es) encarregados da fiscalização do ato de transferência;
- q) Preservar todos os documentos originais relacionados ao presente convênio em local seguro e em bom estado de conservação, mantendo-os à disposição do TCE/PR por um prazo de 10 (dez) anos contados do encerramento do processo de prestação de contas, nos termos do art. 398 do Regimento Interno do TCE/PR;
- r) Arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros transferidos pela **SEAB**;
- s) Nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação previstos nos artigos 33 e 34 da Lei Estadual nº 15.608/2007, deverá ser atentado o disposto no parágrafo 2º, do art. 35, da aludida Lei;



SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

SEAB

CONVÊNIO N° 021/2017 – Protocolo 14.586.430-5

PARTÍCIPES: SEAB E O MUNICÍPIO ALTO PARANÁ

- t) Propiciar à **SEAB** todos os meios e condições necessários ao controle, supervisão e acompanhamento, inclusive permitindo-lhe inspeções *in loco*, fornecendo as informações e documentos relacionados com a execução do objeto deste instrumento, sempre que solicitado;
- u) Solicitar a prorrogação do prazo para execução e vigência do objeto conveniado, mediante Termo Aditivo, com observância ao contido na Cláusula Décima Primeira e com a apresentação das razões que justifiquem a inexécuão do objeto no prazo ajustado;
- v) Providenciar o credenciamento junto ao Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços da Secretaria de Estado da Previdência, a teor do art. 4º incs. I e II do Decreto nº 9762/2013;
- w) Apresentar as Certidões de Regularidade Fiscal, explicitadas na Cláusula Oitava, observando as determinações ali consignadas;
- x) Outras, de ordem específicas, constantes no Plano de Trabalho apresentado à **SEAB**.

III – Responsabilidades comuns:

- a) As responsabilidades dos partícipes são limitadas, exclusivamente, às obrigações contraídas durante o presente ajuste, cada qual assumindo e respondendo pelos encargos legais, contratuais e trabalhistas decorrentes da realização do objeto deste instrumento em relação aos seus servidores, não havendo responsabilidade solidária;
- b) As entidades partícipes estabelecem que as despesas de custeio no desenvolvimento das atividades são de responsabilidade de cada entidade, não cabendo ressarcimento, à que título for, de uma parte à outra na realização do objeto.
- c) As entidades partícipes assumem o compromisso de promover a divulgação do trabalho realizado em parceria, durante a vigência do presente termo concedendo os devidos créditos.

Parágrafo Primeiro. No exercício dos deveres de acompanhamento e fiscalização do objeto deste convênio, o Controle Interno da **SEAB** poderá, a qualquer tempo, intervir junto aos órgãos da própria **SEAB**, como também do **MUNICÍPIO**, por intermédio da Unidade Gestora de Transferências – UGT, competindo-lhe, ainda, a emissão de relatório ao final da execução do convênio e as demais atribuições impostas pelo art. 22, da Resolução nº 028/2011 do TCE/PR, com as alterações dispostas pela Resolução nº046/2014 do TCE/PR.

Parágrafo segundo. A execução pelo **MUNICÍPIO** das atividades decorrentes deste convênio, mediante emprego, a qualquer título e regime, de mão de obra autônoma, não transfere de um a outro partícipe as obrigações trabalhistas, previdenciárias ou fiscais, tampouco constitui forma de associação, temporária ou permanente, independentemente do local de execução das atividades, cada qual assumindo e respondendo pelos encargos legais, contratuais e trabalhistas decorrentes da realização do objeto deste instrumento em relação aos seus funcionários, não subsistindo responsabilidade solidária.



SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

SEAB

CONVÊNIO N° 021/2017 – Protocolo 14.586.430-5

PARTÍCIPES: SEAB E O MUNICÍPIO ALTO PARANÁ

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO

A fiscalização e a supervisão do ajuste serão instrumentalizadas mediante os seguintes documentos:

- a) **Relatório de Vistoria Inicial;**
- b) **Plano de Trabalho** vinculado ao Convênio;
- c) **Termo de Acompanhamento e Fiscalização**, emitido na ocasião da averiguação *in loco* da autoridade competente, consistente de relatório pormenorizado no qual serão anotados as ocorrências e os resultados de qualquer verificação sobre as atividades desenvolvidas, como também as condições em que se encontra a execução do objeto. O referido Termo será expedido no mínimo uma vez a cada dois meses ou sempre que houver intervenção do servidor fiscal competente, consoante avaliação técnica ou determinação de autoridade superior;
- d) **Certificado de Compatibilidade Físico-Financeira**, emitido na hipótese de não ter sido concluído o objeto, especificando a proporção de execução e de inexecução do objeto;
- e) **Certificado de Cumprimento dos Objetivos**, pelo qual a **SEAB** certificará motivadamente o cumprimento do objeto da parceria nos termos ajustados, expedido quando constatada a efetivação, de modo estável, rotineiro, com identificados resultados percebidos e verificáveis do atingimento do interesse público.
- f) **Relatório Circunstanciado** sobre a execução do objeto da transferência, contendo, **no mínimo**, o seguinte:
 - f.1) histórico de acompanhamento da execução do termo de transferência, apontando eventuais suspensões de repasse, a motivação das suspensões e as medidas saneadoras adotadas;
 - f.2) manifestação conclusiva do órgão concedente sobre a regularidade da aplicação dos recursos, considerando o cumprimento dos objetivos e das metas, a observância às normas legais e regulamentares penitentes e às cláusulas pactuadas;
 - f.3) a qualidade do serviço prestado ou da obra executada;
 - f.4) a avaliação das metas e dos resultados estabelecidos pelo termo de transferência, contendo um comparativo analítico entre a situação anterior e a posterior à celebração do termo.

Parágrafo primeiro. Nos termos do art. 137, inc. IV, da Lei nº 15.608/2007 e no art. 20 e seguintes da Resolução nº 28/2011 do TCE/PR, atuará como fiscal do convênio o servidor **VANDERLEI RODRIGUES RUIZ**, portador de RG nº 7.119.545-7 – SESP – PR, e CPF/MF sob nº 218.794.618-54, que ficará responsável pelo acompanhamento e fiscalização do valor repassado e da execução do respectivo objeto.

Parágrafo segundo. O Gestor do Convênio pela SEAB será o Servidor **Gabriel Back**, inscrito no CPF/MF sob o nº 359.501.029-91, a quem, conjuntamente com o **Servidor Fiscal**, competirá as seguintes atribuições:



SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO SEAB

CONVÊNIO N° 021/2017 – Protocolo 14.586.430-5
PARTÍCIPES: SEAB E O MUNICÍPIO ALTO PARANÁ

- a) Cuidar para que a documentação do convênio esteja em conformidade com a legislação aplicada, desde a sua proposta, até a aprovação da prestação de contas;
- b) Ensejar ações para que a execução física e financeira do convênio ocorra conforme previsto no Plano de Trabalho e demais anexos;
- c) Atuar com interlocutor do órgão responsável pela celebração do convênio;
- d) Prestar, sempre que solicitado, informações sobre a execução do convênio;
- e) Acompanhar a atualização dos lançamentos no Sistema Integrado de Transferências – SIT – TCE/PR pelo Fiscal;
- f) Zelar pelo cumprimento integral do convênio;

CLÁUSULA QUARTA – DA FONTE DE RECURSOS

O recurso financeiro a ser repassado pela **SEAB** corre por conta da dotação orçamentária 6501.20122403.078 – Políticas de Apoios aos Municípios, natureza de despesa 444042.01 – Auxílios aos Municípios, Fonte 125 – Venda de Ações e/ou Devolução do Capital Subscrito ou Não e Outros Ingressos, empenhado em 28/07/2017, sob nº 65000000700911-2.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO CONVÊNIO

Para a execução do objeto deste convênio os recursos somam o valor total de **R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)**, cabendo à **SEAB** repassar ao **MUNICÍPIO**, em parcela única, a referida importância, observando-se os prazos estabelecidos no Plano de Trabalho que o integra.

Parágrafo Primeiro. Os recursos financeiros relacionados à contrapartida do **MUNICÍPIO** necessários à complementação da execução do objeto do presente Convênio, se houver, deverão ser depositados em conta bancária específica, em conformidade com o Plano de Trabalho e obedecidos os prazos fixados no Cronograma de Desembolso.

Parágrafo Segundo. O montante financeiro repassado não poderá ser aumentado, salvo quando houver ampliação do objeto capaz de justificá-lo, formalizada mediante aditivo e condicionada à apresentação e prévia aprovação de detalhado Plano de Trabalho adicional à comprovação da execução das etapas anteriores.

CLÁUSULA SEXTA – DA LIBERAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS

O repasse dos recursos da **SEAB** será em parcela única, creditada em conta corrente específica, aberta pelo **MUNICÍPIO**, no **Banco do Brasil – nº 001, agência nº 1424-9**, conta corrente **nº 16.214-0**, de acordo com o estabelecido no Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho.

Parágrafo Primeiro – A movimentação dos recursos e da conta bancária dar-se-á exclusivamente ao atendimento das despesas decorrentes da realização do objeto, processada somente mediante emissão de cheque nominativo, cruzado e não



SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

SEAB

CONVÊNIO Nº 021/2017 – Protocolo 14.586.430-5

PARTÍCIPES: SEAB E O MUNICÍPIO ALTO PARANÁ

endossável; ordem bancária; transferência eletrônica ou outra modalidade que identifique a destinação dos recursos e, no caso de pagamento, o credor.

Parágrafo Segundo – O saldo final da conta corrente específica deverá ser recolhido pelo **MUNICÍPIO** à conta da **SEAB**, observada a legislação aplicável, conforme previsto no art. 15, da Resolução nº 28/2011 do TCE/PR.

Parágrafo Terceiro – Os recursos da conta específica somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GLOSA DAS DESPESAS

É vedada a utilização de recursos repassados ao **MUNICÍPIO** em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho a que se refere este Convênio, como também no pagamento de despesas efetuadas anterior ou posteriormente ao período de vigência estabelecido, ainda que em caráter de emergência ou em desalinho às determinações da Lei Estadual nº 15.608/2007.

CLÁUSULA OITAVA – DA OBRIGATORIEDADE DE REGULARIDADE FISCAL

Cumprirá ao **MUNICÍPIO**, quando da formalização do ajuste e na liberação dos recursos financeiros, apresentar as seguintes certidões válidas e em vigor:

- 1.) Certidão de Regularidade de Tributos Federais e Dívida Ativa da União e Contribuição Previdenciária (art.136, inc. IV, da Lei Estadual nº 15.608/2007);
- 2.) Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (art.136, inc. IV, da Lei Estadual nº 15.608/2007);
- 3.) Certificado de Regularidade de Situação do FGTS (art.136, inc. IV, da Lei Estadual nº 15.608/2007);
- 4.) Certidão Negativa para Transferências Voluntárias (art.25,§ 1º,IV, “a”, da Lei Complementar 101/2000);
- 5.) Certidão Liberatória do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (art.289, do Regimento Interno do TCE/PR e art.3º, inc.IV, da Instrução Normativa nº 61/2011 do TCE/PR);
- 6.) Certidão Negativa de Débito Trabalhista (art.3º, inc. X, da Instrução Normativa 61/2011 do TCE/PR);
- 7) Certificado de Regularidade Fiscal emitido pelo Sistema de Materiais e Serviços-GMS – SEAP (Decreto Estadual nº 9110/2013);

Parágrafo Primeiro. Para ser possível a celebração do Convênio e a liberação dos recursos financeiros, o **MUNICÍPIO** não poderá apresentar restrição junto ao **Cadastro Informativo Estadual - CADIN** (Lei Estadual nº 18.466/2015 e Decreto nº 1933/2015, e, deve estar devidamente com as informações atualizadas junto ao **Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS)** da Secretaria de Estado da Administração e Previdência (SEAP), a teor do artigo 4º, incisos I e II do Decreto Estadual nº 9762/2013.

Parágrafo Segundo. Em se tratando de aditamento por condição que não verse sobre a liberação de recursos financeiros dos cofres estaduais, o Município deverá



SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

SEAB

CONVÊNIO N° 021/2017 – Protocolo 14.586.430-5

PARTÍCIPES: SEAB E O MUNICÍPIO ALTO PARANÁ

apresentar as Certidões relacionadas nos Incisos I, II e III, conforme prevê o art. 136, inc. IV, da Lei 15608/2007.

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O MUNICÍPIO prestará contas à SEAB na forma e nos prazos fixados nas normativas próprias do Tribunal de Contas do Estado do Paraná-TCE/PR, por intermédio do Sistema Integrado de Transferências-SIT/TCE/PR, mediante a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo de outros entendidos necessários pela SEAB:

- a) Relatório de execução físico-financeira;
- b) Relatório de execução da receita e despesa;
- c) Relatório dos pagamentos efetuados;
- d) Relação dos produtos adquiridos com recursos dos convênios;
- e) Cópia do extrato da conta bancária específica;
- f) Parecer jurídico quando do lançamento do edital de licitação;
- g) Publicação do aviso de licitação, se ocorreu o procedimento;
- h) Cópia da Ata de julgamento da licitação;
- i) Parecer jurídico da homologação do certame;
- j) Cópia do despacho adjudicatório e homologatório de licitações realizadas ou justificativas para sua dispensa ou inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal, quando se tratar de contratação direta admitida por lei;

Parágrafo primeiro. Os partícipes deverão atentar ao disposto na Resolução nº 28/2011 (art. 25 e seguintes) e Instrução Normativa nº 61/2011 (art. 18 e seguintes), ambos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, inclusive quanto ao prazo final para apresentação das contas.

Parágrafo segundo. As despesas serão demonstradas mediante documentos fiscais ou equivalentes, devendo as faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios ser emitidos em nome do Município e devidamente identificados com referência ao título e ao número do Convênio.

Parágrafo terceiro – A ausência de prestação de contas nos prazos estabelecidos, sujeitará o MUNICÍPIO à instauração de Tomada de Contas Especial, em conformidade com o disposto nos artigos 233 e 234 do Regimento Interno do TCE/PR.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DOCUMENTOS DE DESPESA E DA OBRIGATORIEDADE DE SUA APRESENTAÇÃO

Os comprovantes originais das despesas serão mantidos em arquivo, em boa ordem, com observância do consignado no parágrafo único do art. 20, da Instrução Normativa nº 61/2011 do TCE/PR, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de Controle Externo e Interno, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da aprovação das contas do gestor da SEAB, pelo Tribunal de Contas do Paraná, referente ao exercício em que forem incluídas as contas.



Parágrafo único. O dever de guarda e conservação de que trata o *caput* não exime o **MUNICÍPIO** do dever de inserir regularmente no Sistema Integrado de Transferências–SIT do TCE/PR, as informações e documentos relacionados ao presente Convênio, como também aqueles exigidos pela Resolução nº 28/2011 – TCE/PR.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

A execução e vigência deste convênio será de **12 (doze) meses**, com início na data da publicação do extrato na Imprensa Oficial Estadual, podendo ser prorrogada, a critério dos participes, mediante solicitação por escrito do **MUNICÍPIO** em prazo não inferior a 60 (sessenta) dias antes de seu término.

Parágrafo único - A **SEAB** deverá prorrogar "de ofício" a vigência do instrumento antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado conforme estabelecido no parágrafo primeiro, do artigo 61, do Decreto Estadual nº 3513/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

Este ajuste poderá ser denunciado, formalmente, a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por desrespeito das normas preconizadas na legislação vigente, por inexecução de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou de fato que o torne material ou formalmente inexequível, sem quaisquer ônus advindos dessa medida, impingindo aos participes as responsabilidades das obrigações oriundas do prazo que esteve vigente.

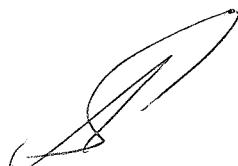
Parágrafo único. Constitui motivo para rescisão deste Convênio, a inexecução das cláusulas firmadas, em especial, quando constatadas as seguintes situações:

- a) Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado ou de irregularidades de natureza grave, no decorrer da fiscalização ou auditoria necessária;
- c) Ausência de Prestação de Contas Final no prazo legal, ou de Prestações de Contas Parciais, quando solicitada ao Município;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

Este instrumento, em decorrência de ajustes convencionados entre os participes na sua vigência, poderá ser alterado ou aditado por proposta da **SEAB** ou do **MUNICÍPIO** devidamente justificada, comprovando o fiel cumprimento das obrigações estabelecidas neste instrumento e na legislação indicada em seu preâmbulo, mediante solicitação por escrito do **MUNICÍPIO** em prazo não inferior a **60 (sessenta) dias antes de seu término**.

Parágrafo único. Os aditamentos ou alterações no presente instrumento serão formalizados por meio de Termos Aditivos, sequencialmente numerados, admitindo-





SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

SEAB

CONVÊNIO N° 021/2017 – Protocolo 14.586.430-5
PARTÍCIPES: SEAB E O MUNICÍPIO ALTO PARANÁ

se Termos de Apostilamento na hipótese de simples alteração na indicação dos recursos orçamentários.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Os partícipes elegem o foro da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Paraná, para solução de qualquer pendência não resolvida por amigável consenso relacionada à realização do objeto, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para a firmeza e validade do acordado, lavram o presente Instrumento de Convênio, o qual lido e concluído conforme é firmado pelos seus representantes legais, e testemunhas abaixo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Curitiba, 04 de agosto de 2017.


Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado


Altamiro Pereira Santana
Prefeito de Alto Paraná

Secretaria da Agricultura e do Abastecimento

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO – SEAB EXTRATO TERMOS DE CONVÉNIOS

OBJETO: Aquisição de um veículo utilitário, para a realização de atividades técnicas no município junto aos agricultores familiares sediados nas comunidades rurais.

AUTORIZAÇÃO GOVERNADOR: 03/08/2017

PARTES: SEAB X MUNICÍPIOS discriminados abaixo.

ASSINATURAS: Secretário de Estado e Prefeito

Protocolo/Município/Vigência	Convênio nº / Data assinatura	Empenho SEAB nº	Valor SEAB R\$	Contrapartida R\$
14.610.955-1 Xambré Vig.:12 meses	CV 015/17 04/08/17	65700833-3	45.000,00	0,00
14.610.940-3 Esperança Nova Vig.:12 meses	CV 016/17 04/08/17	65700926-2	45.000,00	0,00
14.632.705-2 Borrazópolis Vig.:12 meses	CV 017/17 04/08/17	65700915-2	50.000,00	5.920,00
14.593.512-1 Rio Azul Vig.:12 meses	CV 020/17 04/08/17	65700914-3	50.000,00	366,67
14.586.430-5 Alto Paranaíba Vig.:12 meses	CV 021/17 04/08/17	65700911-2	45.000,00	0,00
14.556.050-0 Rio Negro Vig.:12 meses	CV 023/17 04/08/17	65700828-2	50.000,00	0,00
14.580.230-0 Ipiranga Vig.:12 meses	CV 025/17 04/08/17	65700916-2	50.000,00	0,00
14.611.010-0 Mandaguacu Vig.:12 meses	CV 026/17 04/08/17	65700806-2	45.000,00	10.000,00
14.610.967-5 Querência do Norte Vig.:16 meses	CV 019/17 04/08/17	65700774-3	45.000,00	2.940,00

OBJETO: Aquisição de um veículo utilitário e um caminhão trucado e traçado, para incrementar a produção agrícola e pecuária de agricultores familiares sediados nas comunidades rurais do município.

AUTORIZAÇÃO GOVERNADOR: 19/07/2017

PARTES: SEAB X MUNICÍPIO DE INÁCIO MARTINS

ASSINATURAS: Norberto Anacleto Ortigara - Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento e Edemirito Benato Junior - Prefeito.

Protocolo/ Vigência	Convênio nº / Data assinatura	Empenho SEAB nº	Valor SEAB R\$	Contrapartida R\$
14.558.654-2 Vig.:12 meses	CV 011/17 04/08/17	65700675-2	315.000,00	76.150,00

OBJETO: Aquisição de um veículo tipo utilitário, para incrementar produção agrícola e pecuária de agricultores familiares sediados nas comunidades rurais do município.

AUTORIZAÇÃO GOVERNADOR: 26/07/2017

PARTES: SEAB X MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ASSINATURAS: Norberto Anacleto Ortigara - Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento e Lucinei Carlos Thomaz - Prefeito.

Protocolo/ Vigência	Convênio nº / Data assinatura	Empenho SEAB nº	Valor SEAB R\$	Contrapartida R\$
14.565.488-2 Vig.:12 meses	CV 012/17 04/08/17	65700674-2	50.000,00	16.000,00

OBJETO: Aquisição de três veículos tipo produção agrícola e pecuária de agricultores familiares sediados nas comunidades rurais do município.

AUTORIZAÇÃO GOVERNADOR: 03/08/2017

PARTES: SEAB X MUNICÍPIO DE TIBAGI

ASSINATURAS: Norberto Anacleto Ortigara - Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento e Rildo Ema

Protocolo/ Vigência	Convênio nº / Data assinatura	Empenho SEAB nº	Valor SEAB R\$	Contrapartida R\$
14.593.527-0 Vig.:12 meses	CV 014/17 04/08/17	65700877-2	31.500,00	0,00

OBJETO: Aquisição de um veículo tipo utilitário e um veículo tipo sedan, para incrementar produção agrícola e pecuária de agricultores familiares sediados nas comunidades rurais do município.

AUTORIZAÇÃO GOVERNADOR: 03/08/2017

PARTES: SEAB X MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS

ASSINATURAS: Norberto Anacleto Ortigara - Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento e Adelmo Luiz Klosowski- Prefeito.

Protocolo/ Vigência	Convênio nº / Data assinatura	Empenho SEAB nº	Valor SEAB R\$	Contrapartida da R\$
14.565.472-6 Vig.:12 meses	CV 013/17 04/08/17	65700612-2	100.000,00	8.180,00

OBJETO: Aquisição de um caminhão trucado tipo basculante, para incrementar produção agrícola e pecuária de agricultores familiares sediados nas comunidades rurais do município.

AUTORIZAÇÃO GOVERNADOR: 03/08/2017

PARTES: SEAB X MUNICÍPIO DE SARANDI

ASSINATURAS: Norberto Anacleto Ortigara - Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento e Walter Volpati- Prefeito.

Protocolo/ Vigência	Convênio nº / Data assinatura	Empenho SEAB nº	Valor SEAB R\$	Contrapartida da R\$
14.568.463-3 Vig.:12 meses	CV 019/17 04/08/17	65700910-2	250.000,00	31.666,67

OBJETO: Aquisição de dois caminhões trucado com caçamba basculante, para incrementar produção agrícola e pecuária de agricultores familiares sediados nas comunidades rurais do município.

AUTORIZAÇÃO GOVERNADOR: 03/08/2017

PARTES: SEAB X MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

ASSINATURAS: Norberto Anacleto Ortigara - Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento e José Salim Haggi Neto - Prefeito.

Protocolo/ Vigência	Convênio nº / Data assinatura	Empenho SEAB nº	Valor SEAB R\$	Contrapartida da R\$
14.674.344-7 Vig.:12 meses	CV 027/17 03/08/17	65700917-2	400.000,00	68.000,00

OBJETO: Aquisição de uma pá carregadeira com retroescavadeira, para a melhoria da trafegabilidade de estradas rurais e incrementar produção agrícola e pecuária de agricultores familiares sediados nas comunidades rurais do município.

AUTORIZAÇÃO GOVERNADOR: 03/08/2017

PARTES: SEAB X MUNICÍPIO DE CRUZ MACHADO

ASSINATURAS: Norberto Anacleto Ortigara - Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento e Euclides Pasa - Prefeito.

Protocolo/ Vigência	Convênio nº / Data assinatura	Empenho SEAB nº	Valor SEAB R\$	Contrapartida da R\$
14.580.815-4 Vig.:18 meses	CV 018/17 04/08/17	65700920-2	235.000,00	70.000,00

OBJETO: Aquisição de uma plantadeira de arrasto para plantio direto com 7 linhas, para incrementar produção agrícola e pecuária de agricultores familiares sediados nas comunidades rurais do município.

AUTORIZAÇÃO GOVERNADOR: 03/08/2017

PARTES: SEAB X MUNICÍPIO DE RIO NEGRO

ASSINATURAS: Norberto Anacleto Ortigara - Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento e Milton José Paizani - Prefeito.

Protocolo/ Vigência	Convênio nº / Data assinatura	Empenho SEAB nº	Valor SEAB R\$	Contrapartida da R\$
14.598.198-0 Vig.:12 meses	CV 022/17 04/08/17	65700808-2	75.000,00	0,00

OBJETO: Aquisição de um resfriador de leite de 500 litros, tres carretas para ensilagem e um subsolador de cinco hastas, para incrementar produção agrícola e pecuária de agricultores familiares sediados nas comunidades rurais do município.

AUTORIZAÇÃO GOVERNADOR: 03/08/2017

PARTES: SEAB X MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO

ASSINATURAS: Norberto Anacleto Ortigara - Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento e Dercio Jardim Junior - Prefeito.

Empenho SEAB nº	Valor SEAB R\$	Contrapartida da R\$
65700876-2	31.500,00	0,00

DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR: 59899317

Documento emitido em 21/08/2017, 15:05:53

Diário Oficial Com. Ind. e Serviços

Nº 10007 | 14/08/2017 | PÁG. 3

Para verificar a autenticidade dessa página, basta informar o

Código Localizador no site do DIOE:

www.imprensaoficial.pr.gov.br

ator agrícola novo, com tração 4x4 e duas a, para incrementar produção agrícola e ares sediados nas comunidades rurais do

AUTORIZAÇÃO GOVERNADOR: 03/08/2017

Secretaria da Agricultura e do Abastecimento
GOVERNO DO PARANÁ
Departamento de Economia Rural- DERAL

Protocolo: 12.118.969-00 – Edital de Chamada

Programa: Subvenção Econômica ao Prêmio de S

Objeto: Prê Credencia a Cia Essor Seguros S/A, Apólice em Contrato individual ao Produtor Rural 27 lavouras e também em atividades de floresta e A Comissão de Credenciamento

Curitiba, 15 de agosto de 2017

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO – SEAB EXTRATO TERMOS DE CONVÉNIOS

OBJETO: Aquisição de um veículo utilitário, para a realização de atividades técnicas do município junto aos agricultores familiares sediados nas comunidades rurais.

AUTORIZAÇÃO GOVERNADOR: 08/08/2017

PARTES: SEAB X MUNICÍPIOS discriminados abaixo.

ASSINATURAS: Secretário de Estado e Prefeitos

Protocolo/Município/Vigência	Convênio n° / Data assinatura	Empenho SEAB nº	Valor SEAB R\$	Contrapartida R\$
14.558.645-3 Iraty Vig.:12 meses	CV 038/17 10/08/17	65700937-2	50.000,00	3.890,00
14.610.950-0 Araruna Vig.:12 meses	CV 034/17 10/08/17	65700939-2	45.000,00	10.000,00

OBJETO: Aquisição de uma plantadeira com cinco linhas, um subsoilador de cinco hastas, um distribuidor de calcário pendular e um pulverizador de barras, para incrementar produção agrícola e pecuária de agricultores familiares sediados nas comunidades rurais do município.

AUTORIZAÇÃO GOVERNADOR: 03/08/2017

PARTES: SEAB X MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO TRIUNFO

ASSINATURAS: Norberto Anacleto Ortigara - Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento e Abimael do Valle- Prefeito.

Protocolo/Vigência	Convênio n° / Data assinatura	Empenho SEAB nº	Valor SEAB R\$	Contrapartida da R\$
14.564.114-4 Vig.:12 meses	CV 033/17 08/08/17	65700919-3	62.400,00	0,00

OBJETO: Programa de Gestão de Solo e Água em Microbacias.

PARTES: SEAB X MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ASSINATURAS: Norberto Anacleto Ortigara - Secretário de Estado e Jaimir Darci Gomes da Rosa - Prefeito

Protocolo/Aut. Governador/Vigência	Convênio n° / Data assinatura	Empenho SEAB nº	Valor SEAB R\$	Contrapartida da R\$
14.651.928-8 Aut.03/08/2017 Vig.:24 meses	CV 029/17 04/08/17	657008752	40.000,00	0,00

OBJETO: Programa de Gestão de Solo e Água em Microbacias.

PARTES: SEAB X MUNICÍPIO DE IBIPORÃ

ASSINATURAS: Norberto Anacleto Ortigara - Secretário de Estado e João Toledo Colonizezi - Prefeito

Protocolo/Aut. Governador/Vigência	Convênio n° / Data assinatura	Empenho SEAB nº	Valor SEAB R\$	Contrapartida da R\$
14.649.578-8 Aut.03/08/2017 Vig.:24 meses	CV 030/17 04/08/17	657008413	127.060,00	0,00

75784/2017

DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR: 59924317

Documento emitido em 21/08/2017 15:18:20.

Diário Oficial Com. Ind. e Serviços
Nº 10009 | 16/08/2017 | PÁG. 3

Para verificar a autenticidade deste página, basta informar o Código Localizador no site do DIOE.

www.imprensaoficial.pr.gov.br

75751/2017

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de engenharia de reparos no Palácio das Araucárias, sito à Rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº, no município de Curitiba, Paraná, conforme planilha de custos (Anexo IX).

Preço Máximo: R\$ 1.414.928,35 (um milhão, quatrocentos e quatorze mil, novecentos e vinte e oito reais e trinta e cinco centavos).

Prazo de Execução: 150 (cento e cinquenta) dias corridos.

Retirada do Edital: A partir do dia 18 de agosto de 2017 no site www.llicitacoes-e.com.br.

Data da Disputa: Dia 05 de setembro de 2017, às 09:30 (nove horas e trinta minutos), por meio de sistema eletrônico

Curitiba, 16 de agosto de 2017.

Leandro Roberto Marques de Souza
Pregoeiro da Paraná Edificações

75803/2017

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA COORDENADORIA DO PATRIMÔNIO DO ESTADO EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação: 13.369/2017

Órgão: Secretaria de Estado da Administração e da Previdência

Sector: Coordenadoria do Patrimônio do Estado

Protocolo: 14.691.940-5

Regime de Execução da Solicitação: alienação de Bens Imóveis

Natureza da Solicitação: Dispensa - Art. 8 da Lei nº 15.608/2007

Objeto da Dispensa: Doação de imóvel de propriedade do Estado do Paraná, registrado sob a Matrícula 5.110 no Registro de Imóveis da Comarca de Castro, localizado à Rua Jorge Xavier da Silva, nº 373 e 393, ao Município de Castro, para instalação de órgão municipais.

75899/2017

Secretaria da Cultura

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA – SEIL PARANÁ EDIFICAÇÕES - PRED

CONCORRÊNCIA N.º 0053/2017 GMS

PROTOCOLO N.º 14.222.194-2

Objeto: elaboração de Projeto de Restauro e Conservação do Prédio Sede da Secretaria de Estado da Cultura (SEEC), com área aproximada de 1.696,00m², sito à Rua Ébano Pereira, n.º 240, Centro, no município de Curitiba, Paraná.

Preço Máximo: R\$ 260.047,61 (duzentos e sessenta mil, quarenta e sete reais e sessenta e um centavos).

Prazo de Execução: 270 (duzentos e setenta) dias corridos.

Retirada do Edital: a partir do dia 14 de agosto de 2017 às 14:00 (quatorze horas) no endereço eletrônico www.comprasparana.pr.gov.br.

Abertura dos Envelopes: dia 22 de setembro de 2017, às 09:30 (nove horas e trinta minutos) na Sala de Licitações da PRED, sito à Avenida Iguá, n.º 420, Rebouças, 6º andar, Curitiba, Paraná.

Curitiba, 14 de agosto de 2017.

ROBERTO MARANGON
DIRETOR GERAL DA PARANÁ EDIFICAÇÕES – PRED

75665/2017

Secretaria da Educação

Secretaria de Estado da Educação
Comissão Permanente de Licitação

Aviso de Licitação

Pregão Eletrônico nº 992/2017 GMS /SEED

Processo nº 142776677

Objeto : Aquisição de Kits de Robótica.

Data : 30/08/2017

hora: 09:30 horas

Valor Máximo Admissível de R\$ 25.441,00 (vinte e cinco mil, quatrocentos e quarenta e um reais)

O edital encontra-se à disposição no portal ou www.llicitacoes-e.com.br - PREGÃO ELETRÔNICO DO BANCO DO BRASIL, pesquisa avançada e o n.º da licitação

Curitiba, 14 de agosto de 2017
Comissão Permanente de Licitação

75654/2017